

Capítulo 6

COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NO ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SERRA CATARINENSE

Marja Zattoni Milano
Ademir Antônio Cazella

INTRODUÇÃO

A perspectiva do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) abarca um modelo de desenvolvimento descentralizado, que não se restringe a um setor econômico, voltado para a valorização de recursos locais (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006). Segundo esses autores, o DTS pressupõe a mobilização e o protagonismo de múltiplos atores e prioriza aspectos ligados à qualidade de vida, abrangendo, além da dimensão econômica, as dimensões ambientais, sociais e culturais. Dessa forma, a perspectiva do DTS possibilita que as representações de desenvolvimento sejam resignificadas no nível local, oportunizando trajetórias diversas, a partir da construção social coletiva.

A abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) foi concebida por pesquisadores franceses como uma ferramenta de promoção do DTS, especialmente voltada para territórios rurais desfavorecidos no processo de globalização (MOLLARD, 2001; PECQUEUR, 2001). Essa abordagem se baseia na valorização dos recursos de um território e nas articulações entre diferentes atores e instituições – públicos, privados e associativos.

Desde meados da década de 2000, diferentes estudos adotaram o enfoque da CBST para a compreensão do processo de desenvolvimento de territórios rurais, majoritariamente na Europa, onde o modelo foi concebido, mas também na América Latina e na África (ALVARÉZ *et al.*, 2014; CAZELLA *et al.*, 2019; HIRCZAK *et al.*, 2008; MELLO; FROEHLICH, 2019; PECQUEUR, 2001; SPERB; SERVA, 2018; TOCCATELLI, 2015). Nos diferentes estudos concluiu-se que a existência de articulação entre atores públicos e privados é um fator essencial e também um dos maio-

res desafios para o desenvolvimento territorial. Particularmente, onde há maior desigualdade social, advém desse tipo de articulação a possibilidade de construção de estratégias de desenvolvimento capazes de redistribuir os benefícios e não permitir que eles sejam apropriados por atores historicamente integrados às iniciativas e políticas já existentes e melhor posicionados na hierarquia social. Sendo assim, a consolidação de um sistema de governança territorial é uma das maiores limitações da aplicação desse enfoque em contextos mais desiguais.

Considerando que os recursos não estão igualmente distribuídos entre os diferentes atores do território e tampouco está sua habilidade de articulação (ABRAMOVAY, 2006), as associações e cooperativas podem exercer um importante papel para integrar interesses diversificados na pauta de desenvolvimento de um território. A partir de suas organizações coletivas, os indivíduos têm maior capacidade de construir coalizões políticas para negociar com os demais atores territoriais e externos.

Desde 2006, o Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate), da Universidade Federal de Santa Catarina, vem desenvolvendo projetos de pesquisa que visam adaptar o enfoque da CBST para o caso de territórios brasileiros. Nesse contexto, o presente capítulo tem como objetivo aprofundar a reflexão sobre o papel das experiências cooperativas e associativas na aplicação do enfoque da CBST, a partir da análise de experiências na Serra Catarinense.

As reflexões apresentadas resultam de revisão teórica e pesquisa empírica e documental, complementadas pela análise de cinco experiências cooperativas que foram visitadas durante a realização da quarta edição da Escola de Verão (EV) sobre Processos Cooperativos e Associativos em Dinâmicas de Desenvolvimento Rural do Comitê Acadêmico Processos Cooperativos e Associativos (Procoas), a saber: Cooperativa de Produtores de Frango Caipira de São José do Cerrito (Coopersalto); queijaria artesanal da Dona. Hilda, também em São José do Cerrito, associada à Associação dos Produtores de Queijo Artesanal Serrano da Serra Catarinense (Aproserra); Cooperativa Ecológica dos Produtores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana (Ecoserra); Associação Acolhida na Colônia de Agroturismo Ecológico, que atua em municípios diversos; e o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar (Cisama).

O recorte geográfico adotado neste estudo coincide com a delimitação espacial da Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures)¹. A escolha desta região para o aprofundamento da análise deve-se a três fatores principais: i) a EV contemplou, na Serra, experiências associativas de instituições públicas, além das de natureza privada, possibilitando uma reflexão sobre a complementariedade entre os dois tipos de organização; ii) existe um caminho já trilhado de estudos com o enfoque da CBST no território desde 2017; iii) o enfoque da CBST está sendo aplicado no planejamento de ações e políticas de desenvolvimento na Serra Catarinense, com as quais espera-se contribuir.

Além dessa introdução, o capítulo contém, na próxima seção, uma breve revisão teórica sobre a concepção de território e o enfoque da CBST. Em seguida, é apresentada a Serra Catarinense e algumas experiências associativas e cooperativas. Por fim, se discute o papel que esse tipo de organização coletiva desempenha, ou pode vir a desempenhar, na aplicação da abordagem da CBST, enfatizando sua importância em territórios com grande desigualdade social.

TERRITÓRIO E O MODELO DA CBST

Para facilitar a distinção entre as dimensões físico-geográfica e sociopolítica presentes no conceito de território, Pecqueur (2006) diferencia duas facetas interconectadas desse conceito: território dado e território construído. O primeiro designa áreas geográficas político-administrativas, definidas sem necessariamente privilegiar aspectos socioculturais, a exemplo de municípios, regiões, estados e países. O segundo refere-se à construção social e coletiva dos atores, originando uma identidade sociocultural. Assim, para além do recorte geográfico explicitado na seção anterior, esse capítulo considera a Serra Catarinense um território construído a partir da trama de relações dos atores sociais e institucionais, entre eles as cooperativas e associações, foco das reflexões propostas.

Complementando a noção de território construído, é pertinente recorrer à compreensão de território enquanto uma expressão do exercício do poder dos atores sociais, proposta por Raffestin (1993). Para este autor,

¹ Os municípios associados à Amures são: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici, Urupema.

o espaço é uma matéria-prima, um local de possibilidades, que os atores sociais ocupam e sobre o qual atuam, exercendo seu poder. Dessa forma, o conjunto de atores – Estado, organizações e indivíduos – produz o território ao agir e exercer seu poder em suas relações sociais.

O modelo da CBST foi formulado na França, no bojo dos trabalhos da economia territorial, para os quais o desenvolvimento territorial funda-se em processos de diferenciação de produtos e serviços (MOLLARD, 2001; PECQUEUR, 2001). Nesse modelo, a “cesta”, longe de ser um objeto concreto, consiste em um processo de valorização de diferentes produtos, serviços e do cenário (patrimônio natural, arquitetônico, histórico e cultural), por meio da articulação de atores sociais em torno de uma mesma construção cognitiva na escala de território (PECQUEUR, 2006).

O consumidor percebe a especificidade de diversos produtos procedentes da produção local e, ao adquiri-los, ele compra, além dos bens e serviços, o prazer em contribuir com a manutenção das singularidades sociais e ambientais do território. A “cesta”, portanto, não é apenas um conjunto de bens privados, mas também o resultado das políticas e investimentos realizados e estratégias de apropriação dos recursos estabelecidas no território. Os bens e serviços que constituem uma “cesta” são complementares, o que pressupõe uma interdependência entre os produtores e prestadores de serviços, implicando em sua organização e atuação coletiva (PECQUEUR, 2006).

Segundo Hirczak *et al.* (2008), a constituição de uma CBST se dá em torno de três eixos principais: i) bens e serviços complementares, que possuam uma origem territorial comum e uma imagem coerente com o território, dificilmente substituíveis por bens e serviços genéricos; ii) laços de proximidade e de confiança, os quais podem se expressar no desenvolvimento de agroindústrias familiares, sistemas de venda direta, gastronomia típica e atividades turísticas; iii) bens públicos que valorizem a cesta, constituindo o cenário. Como será aprofundado nas próximas seções, as ações cooperadas podem exercer papéis fundamentais nos três eixos que compõem a cesta do território pesquisado.

Por ter sido inicialmente constatado a partir do território de Barrois, na França, que reúne um conjunto peculiar de características, como a produção de azeite de oliva de qualidade diferenciada e um forte apelo turístico, alguns autores indagaram se o modelo da CBST poderia ser

generalizado. Para responder a esse questionamento, a metodologia foi empregada na análise de outros territórios franceses, com características diversas, de onde se concluiu que, embora não exista um formato único de “cesta”, o modelo teórico-metodológico é útil tanto para o diagnóstico, quanto para traçar objetivos de desenvolvimento estimulantes e acessíveis (HIRCZAK *et al.*, 2008).

Para além da Europa, há estudos que apontam que a metodologia é útil em realidades com grande desigualdade social, como na Argélia (ÁLVAREZ *et al.*, 2014), no México (PENSADO-LEGLISE; MARTÍNEZ-VICENTE, 2015) e no Brasil (CAZELLA *et al.*, 2019; MELLO; FROELICH, 2019; MILANO *et al.*, 2019). Contudo, nesses territórios, a articulação necessária para a constituição de um sistema de governança territorial e de processos de desenvolvimento inclusivos, com distribuição dos benefícios materiais e simbólicos, parece ser o maior desafio.

COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NA SERRA CATARINENSE

O movimento cooperativista surgiu como crítica e resistência ao avanço do capitalismo e das injustiças sociais por ele provocadas (BÚRIGO, 2010). Embora seja possível identificar cooperativas e associações construídas a partir de objetivos bastante distintos, pode-se dizer que estas experiências coletivas de organização econômica se caracterizam por buscar a socialização da riqueza e a gestão democrática da atividade econômica, sendo regidas por valores de igualdade, reciprocidade, cooperação e solidariedade (IGNÁCIO; SOUZA, 2008).

A responsabilidade das cooperativas com o seu contexto social pode ser constatada a partir do princípio cooperativista que consiste no interesse pela comunidade. Por meio deste princípio, as cooperativas reconhecem seu papel enquanto agentes de transformação social nas comunidades onde atuam (ILHA, 2008). Nesse sentido, Ignácio e Souza (2008, p. 60) chamam a atenção para a convergência entre o cooperativismo e a perspectiva do DTS: “o cooperativismo faz emergir democraticamente processos de desenvolvimento local, que ao se integrar nos respectivos territórios, possibilitam a construção de um novo padrão de desenvolvimento, mais humano e solidário”.

A Serra Catarinense, inicialmente habitada pelos povos indígenas Xokleng e Kaingang, sofreu grande influência do tropeirismo em sua estruturação fundiária e econômica – as grandes fazendas para criação de gado – e na cultura que, posteriormente, foi também influenciada pela colonização europeia. Os principais ciclos econômicos foram a pecuária extensiva; a atividade madeireira, inicialmente de exploração das florestas nativas e, depois, com o plantio de espécies exóticas; a fruticultura de clima temperado e, mais recentemente, o turismo. Essas atividades conviveram com a agricultura de subsistência, nas beiras de rio e em relevos acidentados, e com a extração do pinhão (LOCKS, 2016). Trata-se de uma região com grande extensão territorial, porém, pouco habitada, com 284.115 habitantes e uma densidade demográfica (DD) de 17,6 hab./ Km², baixa em comparação à DD estadual de 64,8 hab./Km². Os índices de saúde, qualidade de vida e economia são preocupantes e figuram entre os piores do estado. Tomando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) como parâmetro, Lages, com IDH-M de 0,77, é o município mais bem posicionado da região, porém ocupa a 73^a posição estadual, enquanto Cerro Negro, com IDH-M de 0,62, possui o menor IDH-M na região e fica com a penúltima colocação estadual (IBGE, 2010).

A paisagem peculiar com grande beleza cênica, a natureza exuberante, o inverno rigoroso e a história de colonização influenciam a forma de viver da população local, motivam a crescente atividade turística e caracterizam alguns produtos e serviços típicos, que propiciam a adoção do modelo da CBST. Entre os produtos, destacam-se a vitivinicultura de altitude, o cultivo da maçã fuji, o queijo artesanal serrano (QAS) e o mel de melato de bracinga, os quais têm sido alvos de processos de valorização por meio da construção de Indicações Geográficas (IG)², a partir da atuação de associações ou cooperativas, com apoio de instituições públicas e da sociedade civil (CAZELLA *et al.*, 2019). Dentre os serviços merece menção o turismo em unidades agrícolas familiares.

2 As Indicações Geográficas se referem a produtos ou serviços que tenham uma origem geográfica específica. Seu registro reconhece reputação, qualidades e características que estão vinculadas ao local. No Brasil, o reconhecimento desse instrumento se deu a partir da legislação brasileira de Propriedade Industrial, Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996 (INPI, s/d a).

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS COOPERATIVAS E ASSOCIATIVAS E O MODELO DA CBST NA SERRA CATARINENSE

A Coopersalto é uma cooperativa que envolve doze famílias e se dedica à produção de frango caipira. A criação dos frangos se dá nas propriedades familiares, porém, a gestão e operação do abatedouro são feitas coletivamente. Na visita à experiência, chamaram a atenção, por um lado, a dificuldade de atendimento à legislação sanitária brasileira para produtos de origem animal, que, segundo o discurso dos cooperados e do responsável técnico, ainda é bastante restritiva para empreendimentos de pequeno porte. Por outro, o quanto a ação coletiva foi determinante para superar essa dificuldade, tanto por meio da organização dos produtores na cooperativa, quanto também pelo apoio do Cisama. Com a equivalência do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), a atuação do Cisama pôde agilizar a inspeção, o que possibilitou a comercialização dos produtos em âmbito nacional.

Ligadas ao QAS, este trabalho analisa a queijaria da Dona Hilda e a Aproserra, associação que agrega cerca de 70 produtores de queijo. A história do QAS remonta ao início do ciclo do tropeirismo em Santa Catarina e o surgimento das primeiras propriedades rurais no estado. O produto, elaborado a partir de leite cru de vacas criadas em campos nativos, apresenta características únicas, que se devem tanto ao ambiente serrano quanto ao saber-fazer (YAMAGUCHI, 2016). O processo de obtenção da IG do QAS iniciou em 2009, por iniciativa da Federação das Associações de Produtores de Queijo Artesanal Serrano de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Faproqas), da qual a Aproserra é participante. A IG foi obtida em 2020, com o nome de “Campos de Cima da Serra”. O processo de solicitação da IG foi coordenado pelas empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Epagri e Emater/RS, respectivamente), com a participação de produtores e suas entidades representativas e apoio financeiro e técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (EPAGRI, 2017).

Em Santa Catarina, mais de 2 mil famílias produzem o QAS e, para cerca de 90% delas, essa é a principal ou a segunda fonte de renda (EPAGRI, 2017). Em 2016, a lei estadual nº 17.003/2016 legalizou a produção

e comercialização do QAS, estabelecendo normas que abrangem a sanidade do rebanho, a ordenha, as características do leite, as instalações da queijaria e do estábulo, a qualidade da água, a embalagem, o transporte e a fiscalização do produto. Porém, no diálogo com a Dona Hilda e em entrevista realizada anteriormente com uma extensionista que atua no território, percebeu-se que algumas dessas normas representam custos impositivos para a adequação de pequenos produtores, especialmente aqueles com idade avançada e cuja sucessão da propriedade é incerta.

Para a construção do processo de IG das experiências ligadas ao QAS sobressai a ação coletiva de longo prazo, engajando uma série de instituições públicas de diferentes esferas e associações de produtores. Trata-se de um caso emblemático de construção social voltado à valorização de um produto da agricultura familiar, com grande importância econômica para os pequenos agricultores na região. Contudo, considerando o contraste entre o número total de produtores (mais de 2 mil famílias) e o número de produtores associados à Aproserra (cerca de 70 famílias), é preciso questionar como a IG poderá ser gerida de forma a distribuir seus benefícios amplamente.

Dentre os resultados esperados das IG, Niederle (2013) menciona o acesso a novos mercados, a agregação de valor, o aprimoramento dos processos de produção, o aumento da qualidade do produto e a preservação do patrimônio natural e cultural. No entanto, Froehlich (2012) alerta para as limitações desse instrumento em superar os objetivos particulares de determinado arranjo produtivo e sugere o enfoque da CBST como uma alternativa capaz de alcançar resultados mais abrangentes.

Outra experiência analisada é da Cooperativa Ecoserra. A organização reúne cerca de 290 famílias com o propósito de ampliar a produção e consumo de alimentos orgânicos e fortalecer a agroecologia no território. Por meio do estímulo às cadeias curtas de comercialização, essa experiência favorece a construção social de mercados, gerando novas cadeias de abastecimento de alimentos, as quais contribuem para a dinamização do território. Vollet e Said (2018) apontam que alimentos vegetais *in natura* ou minimamente processados são amplamente consumidos e têm grande potencial para serem agregados a uma “cesta” territorial, seja ela focada na demanda do público consumidor interno ou externo. Ainda que nem todos os produtos orgânicos possam ser considerados típicos do território, eles possuem outros atributos de qualidade, associados ao meio ambiente e à saúde.

Com relação à prestação de serviços, aborda-se aqui o caso da Associação Acolhida na Colônia, dedicada à organização do agroturismo. Na Serra Catarinense, a Acolhida está presente nos municípios de São Joaquim, com quatro famílias associadas; Urubici, com 14 famílias associadas e Alfredo Wagner,³ com sete famílias associadas. O agroturismo é o segmento do turismo desenvolvido por agricultores familiares, os quais abrem suas unidades de produção para visitação. Essa atividade baseia-se na diversificação produtiva e propicia novas fontes de renda, por meio da oferta, com agregação de valor, de produtos e serviços de qualidade (GUZZATTI, 2019). O agroturismo representa uma estratégia para valorizar a produção territorial que tem tipicidade e favorece novas dinâmicas sociais e econômicas nos territórios rurais, conforme Requier-Desjardins (2011).

O agroturismo também tem sido reconhecido por exercer uma ação de elo entre os diferentes serviços e produtos específicos nesse território, reforçando o potencial do modelo de CBST (CAZELLA *et al*, 2019). Considerando que a Serra Catarinense tem se consolidado como importante destino turístico no estado e atraído diferentes perfis de empreendimentos, o associativismo é um caminho importante para o fortalecimento e manutenção do agroturismo no território. Por meio dele, os agricultores que oferecem serviços turísticos são representados nos diferentes fóruns que discutem a atividade.

Finalizando o conjunto de experiências empiricamente tratadas por este trabalho, retrata-se o caso do Cisama. Essa organização, diferentemente das outras cooperativas e associações relatadas, congrega atores governamentais. Trata-se de um consórcio com finalidades múltiplas, que abrange todas as prefeituras dos municípios associados à Amures. Em sua apresentação, o representante dessa organização ressaltou aspectos sociais preocupantes do território, como o grande número de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família⁴ – 11.500 na Serra Catarinense – como um indicador da condição de pobreza e desigualdade. Além disso, com relação à valorização de recursos territoriais, foram apresentadas as iniciativas de estabelecimento de um roteiro da sociobiodiversidade associado ao pinhão

3 Embora o município de Alfredo Wagner não seja associado à Amures, na organização interna da Acolhida da Colônia ele integra o território da Serra Catarinense.

4 O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal, instituído em 2003, que fornece ajuda financeira às famílias extremamente pobres, com renda mensal de até 89 reais por pessoa, e pobres, com renda mensal entre 89 e 178 reais por pessoa.

e da marca coletiva⁵ Sabor Serrano⁶. Essas duas iniciativas demonstram o papel diferencial que o associativismo do poder público municipal pode assumir na construção de propostas que superam a escala administrativa de município e assumem uma perspectiva territorial.

A valorização do pinhão não só representa a possibilidade de agregá-lo à potencial “cesta” do território, mas merece destaque por se tratar de um produto ligado à biodiversidade local, que favorece economicamente os segmentos sociais em maior estado de vulnerabilidade do território, que realizam a coleta dessa semente. A marca coletiva Sabor Serrano foi criada em 2010, como uma estratégia de construção de identidade dos produtos das agroindústrias do território. Essa iniciativa está ligada ao Sistema Único de Atenção à Agropecuária (Suasa), o qual, além de buscar a sanidade agropecuária dos produtos das agroindústrias familiares, tem como meta a permanência das pessoas no meio rural, com renda e qualidade de vida. Atualmente, podem utilizar a marca 68 agroindústrias cadastradas no Cisama, que respondem por 651 diferentes tipos de processados, entre derivados de carne e leite, panificação, doces, frutas e hortigranjeiros em geral⁷.

O conjunto de cooperativas e associações analisadas não reflete a totalidade de experiências da Serra Catarinense. O estudo de Paula (2019) indicou a existência de uma série de outras ações coletivas ligadas a produtos e serviços com potencial de integrar uma CBST. O autor relatou a existência de seis cooperativas ligadas à cadeia produtiva da maçã, as quais reúnem aproximadamente 300 sócios, de um universo de aproximadamente 1.700 fruticultores; duas associações de produtores de mel, que reúnem 40 sócios, de um total de aproximadamente 300 apicultores; uma associação ligada à cadeia produtiva do vinho, que reúne 21 sócios do uni-

5 Segundo o Manual de Marcas do INPI (INPI, s/d b, não paginado): Marca coletiva é aquela destinada a identificar e distinguir produtos ou serviços provenientes de membros de uma pessoa jurídica representativa de coletividade (associação, cooperativa, sindicato, consórcio, federação, confederação, entre outros), de produtos ou serviços iguais, semelhantes ou afins, de procedência diversa (art. 123, inciso III, da LPI).

6 O Cisama solicitou ao INPI o registro de duas marcas: a “Sabor Serrano”, voltada às agroindústrias familiares, e a “Saber Serrano”, aos prestadores de serviços com especificidades. A segunda marca obteve o registro, porém a primeira enfrenta uma contestação jurídica, por já existir registro de marca com esse nome. Os gestores do Cisama optaram por utilizar a marca “Sabor Serrano” enquanto o INPI julga sua defesa.

7 Números divulgados em notícia no website da Amures, em agosto de 2019, disponível em: <<https://www.amures.org.br/noticias/index/ver/codNoticia/571555/codMapaItem/41771>>

verso de 23 vitivinicultores; e quatro associações ligadas ao turismo rural, as quais possuem 143 sócios.

Percebe-se que as associações e cooperativas ligadas aos sistemas produtivos da maçã e do mel, constituídas por pequenos produtores, parecem ter dificuldade de agregar um número de associados representativo em relação ao universo total de produtores. A mesma situação pôde ser observada na associação de produtores do QAS. Diferentemente, a associação de vitivinicultores, que abrange basicamente empreendedores que se instalaram recentemente no território, integra quase a totalidade dos produtores da cadeia produtiva. Essa constatação pode indicar que são necessárias ações de incentivo e formação para o associativismo entre os pequenos agricultores, visto que esses são os que mais poderiam se beneficiar da ação coletiva para ter acesso e protagonismo na elaboração das estratégias de desenvolvimento. Como apontam Jesus e Tiriba (2004), para compreender essa realidade, é preciso abandonar uma visão idealizada em relação ao cooperativismo e associativismo para se reconhecer que existem diferentes motivações que levam um indivíduo a se associar a uma iniciativa coletiva e, também, que essas iniciativas se constroem com diferentes objetivos, em alguns casos de acesso ao mercado ou a tecnologias, enquanto em outros, de emancipação e transformação da realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro aspecto que merece atenção é que todas as experiências analisadas estão relacionadas à produção, comercialização, ou fornecimento de serviços com tipicidade territorial ou outra qualidade diferenciada, alternativos aos genéricos de base industrial, encaixando-se na ideia de *quality turn* proposta por Goodman (2003). Segundo essa ideia, o consumo agroalimentar, embora não de forma hegemônica, tem se orientado cada vez mais por um novo padrão de qualidade, baseado em saúde humana e ambiental, e na valorização de aspectos culturais, sociais e imateriais.

As experiências ligadas ao QAS, à gestão da marca territorial Sabor Serrano e ao agroturismo podem ser atreladas a processos de valorização e ativação de recursos específicos do território, pois remetem a características diretamente associadas ao modo de vida, à história, à cultura, e à paisagem da Serra Catarinense. Nessa categoria também se encaixam o projeto de valorização do pinhão e a produção de alguns alimentos agroecológicos,

com destaque para frutas nativas. Já as experiências de produção de frango caipira e de alimentos agroecológicos em geral, embora também valorizem qualidades diferenciadas – produtos da agricultura familiar, em modelos que procuram respeitar ciclos naturais, considerados mais saudáveis e saborosos – podem ser atreladas à ativação de recursos genéricos, ou seja, de recursos cuja produção poderia se dar em outros territórios. Segundo o marco conceitual da CBST, essa oferta combinada de produtos diversificados, específicos e genéricos, favorece a existência de uma cesta híbrida.

Do ponto de vista da demanda, os produtos e serviços de uma CBST podem ser orientados para um público externo, principalmente de turistas, ou, mais raramente, para o público local. Essa demanda pode ocorrer por motivações diversas, seja a preferência por produtos com qualidades específicas, o desejo de contribuir com a manutenção do patrimônio natural e cultural, ou a geração de renda e empregos dentro do território. Cabe, no entanto, salientar que o consumo de produtos de qualidade pressupõe que o consumidor tem condições de realizar escolha, ou seja, que ele possui condições de avaliar as vantagens relativas de tais produtos e também recursos financeiros que permitam sua aquisição. Num contexto de distribuição desigual dessas condições, tanto da informação, quanto de recursos materiais, as cooperativas podem exercer um papel importante na democratização do acesso aos produtos de qualidade. Esse papel pode ser exercido por duas vias: primeiro, conduzindo processos de valorização dos produtos e serviços territoriais, visto que alguns estudos vêm indicando que a percepção da qualidade diferenciada requer ações ativas de valorização, pois não ocorre espontaneamente pelo público consumidor (VOLLET; SAID, 2018); segundo, por meio da organização dos produtores e dos consumidores, encurtando as cadeias de comercialização e possibilitando que os produtos e serviços sejam ofertados por preços mais baixos aos consumidores e, mesmo assim, justos aos produtores.

Pesquisas anteriores realizadas na Serra Catarinense a partir do referencial da CBST apontaram a presença dos principais elementos (cenário, produtos e serviços de qualidade e demanda) para se deflagrar um processo de DTS a partir da valorização de recursos territoriais. Entretanto, indicaram também que as maiores dificuldades residem na desarticulação entre os atores territoriais e na acentuada desigualdade social existente.

Apesar de também constatar a desarticulação entre as distintas experiências na Serra Catarinense, o capítulo evidenciou que as cooperativas e associações, em função de seu caráter coletivo e dos valores que as orientam, podem desempenhar papéis fundamentais na construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais, seja na organização da oferta e da demanda por produtos e serviços de qualidade diferenciada, seja nos processos de valorização e especificação de recursos do território ou ainda na governança territorial, assegurando uma participação mais ampla e equilibrada dos distintos atores sociais. Sendo assim, a análise de sua presença, densidade e articulação com outros atores territoriais é fundamental para os estudos e projetos ligados ao enfoque da CBST.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (org.). *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Ciccus, 2006. p. 51-70.
- ÁLVAREZ, E. G.; ABELLA, O. M.; CAETANO, S. F.; FRESNO, C. D. C.; GARCIA, S. R. El cesto de bienes y servicios territoriales: Un útil de diagnóstico aplicado a la Wilaya Argelina de Ain Témouchent. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, Madrid, v. 34, n.1, p. 105-128. 2014.
- BÚRIGO, F. L. *Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2010.
- CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, p. 23-48. 2006.
- CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n.3, p. 49-74. 2019.
- EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. SC aprova lei para produção e venda do queijo artesanal serrano. *Revista Agropecuária Catarinense*, v. 30, n. 1. 2017. Disponível em: <http://revista.epagri.sc.gov.br/index.php/2018/11/10/sc-aprova-lei-para-producao-e-venda-do-queijo-artesanal-serrano/>. Acesso em: 19 de junho de 2019.
- FROEHLICH, J. M. (org). *Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.
- GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, [s.l.]. v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003.
- GUZZATTI, T. C. *Acolhida na Colônia: um espaço de vida e encontros...* Criciúma: Unesc, 2019.
- HIRCZAK, M. ; MOALLA, M. ; MOLLARD, A. ; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. Paris, *Économie Rurale*, n. 308, p.55-70. 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico. 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020
- IGNÁCIO, O. M. C.; SOUZA, E. M. S. Gestão estratégica aplicada ao cooperativismo solidário: uma alternativa de fortalecimento para os agricultores familiares. *Revista Brasileira de Gestão e*

- Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 4, n. 4, p. 54-79. 2008.
- ILHA, P. C. S. A cooperativa como elemento de capital social da comunidade. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 25-34. 2008.
- INPI a – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. *Guia básico de indicação geográfica*. Rio de Janeiro: INPI. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/guia-basico>>. Acesso em: 19 de jun. 2020.
- INPI b - Instituto Nacional de Propriedade Industrial. *Manual de marcas*. Rio de Janeiro: INPI. 2020. Disponível em: <<http://manualdemarcas.inpi.gov.br>>. Acesso em: 19 de jun. 2020.
- JESUS, P. de; TIRIBA L. Cooperación. In: CATTANI, Antonio A. D. (org.). *La otra economía*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2004. p. 85-95.
- LOCAS, A. G. Uma análise antropológica da formação social e do desenvolvimento socioeconômico de Lages e da Serra Catarinense. In: YAMAGUCHI, C. K; TURRA, N. C.; STRASSER, A. T. B. (org.). *Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense*. Lages: Ed. Uniplac, 2016. p. 19-42.
- MELLO, C. I.; FROELICH, J. M. O bem que falta na cesta: o artesanato no território Quarta Colônia, RS. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 282-306, 2019.
- MILANO, M.Z.; PRADO, F. H.; CAZELLA, A. A.; DESCONSI, C.; DORTZBACH, D. A Indicação Geográfica como instrumento para criação de uma cesta de bens e serviços territoriais: o caso da erva-mate do Planalto Norte Catarinense. In: Workshop Catarinense de Indicação Geográfica, 8, 2019, Florianópolis. *Anais (...)*, Florianópolis. 2019. p. 181-186.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial : une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Economie Rurale*, Paris, n. 261, p. 16-34, 2001.
- NIEDERLE, P. A. Indicações geográficas e processos de qualificação nos mercados agroalimentares. In: NIEDERLE, P.A. *Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares*. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p. 23-54.
- PAULA, L. G. N. *Cesta de bens e serviços territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?* 2019. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, p.135-154. 2006.
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Economie Rurale*, v. 261, p. 37-49. 2001.
- PENSADO-LEGLISE, M.; MARTÍNEZ-VICENTE, S. La estrategia de canasta de bienes territoriales y su repercusión local en empleo e ingresos. El caso de Xicotepec de Juárez, Puebla. *Corpoica Ciencia y Tecnología Agropecuaria*, v. 16, n. 2, p. 217-237. 2015.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REQUEIER-DESJARDINS. Le tourisme rural peut-il contribuer au développement local durable dans les pays du Sud? In: FROGER, G. (org.). *Tourisme durable dans les Suds? Collection Eco-Polis*, n. 11, PIE Peter Lang. 2010. p. 87-108.
- SPERB, M. P.; SERVA, M. Economia Social e Solidária, Governança e Turismo no Âmbito do Desenvolvimento Territorial Sustentável. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v. 20, n. 50, p. 93-109. 2018.
- TOCCACELLI, D. Agricultural districts in the Italian regions: looking toward 2020. *Agricultural and Food Economics*, v. 3, n.1, p. 1-33. 2015.
- VOLLET, D., SAID, S. Vers l'identification de paniers de biens et de services liée à la demande locale dans les territoires d'élevage: illustration à partir de la Planèze de Saint Flour et du bocage bourbonnais, *Géocarrefour*, v. 92, n. 3. 2018.
- YAMAGUCHI, C. K. O queijo artesanal serrano como fator de desenvolvimento nos campos de altitude no sul do Brasil. In: YAMAGUCHI, C. K; TURRA, N. C.; STRASSER, A. T. B. (org.). *Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense*. Lages: Ed. Uniplac, 2016. p. 109-120.